

A distância entre autor e leitor na cadeia produtiva do livro

Lau Siqueira

É certo que a existência de políticas públicas é algo inegociável. Todavia é um pouco demais pensarmos que somente através de políticas públicas encontraremos o nirvana social e cultural do nosso país e do mundo. Os governos fazem parte da sociedade, mas nem sempre são representativos das classes dominantes, ou seja, do poder enquanto relação de classe. Ultimamente, nas discussões sobre a cadeia produtiva do livro e as políticas públicas de acesso ao livro e a leitura, nos deparamos com alguns paradigmas que precisam ser superados. O primeiro deles é que a existência de políticas públicas para o livro e para a leitura deva ser a salvação de uma “lavoura arcaica” tão irrigada quanto o mercado do livro. Precisamos não confundir as coisas. Quando falamos em políticas públicas para o livro e para a leitura, precisamos estar atentos a um fator determinante neste debate: quase sempre quem dá o pontapé inicial para a cadeia produtiva do livro e da leitura (o escritor ou a escritora) fica fora do debate. O mesmo destino é dado ao

ponto final da mesma cadeia produtiva: sua excelência o leitor. Desta forma são os meios que se abastecem dos fins. Em algumas discussões sobre o livro e a leitura, temos a impressão que os livros são geridos por “incubadoras criativas”. O desprezo com que um autor fora do mercado é tratado, por exemplo, pelas livrarias, coloca esse debate num estado de alerta máximo no momento em que esse debate aflora em diversos fóruns. É como se um livro que esteja fora do mercado formal, não estivesse contribuindo com a lucratividade da mesma cadeia produtiva.

Nesse debate sobre a cadeia produtiva do livro, ou buscamos um tratamento global das questões ou estaremos definitivamente perdidos nas particularidades, nos interesses sempre muito individualizados e lacrimosos de todos os lados envolvidos. A relação chega a ser estranha em alguns casos. Enquanto alguns grupos empresariais do setor reclamam dos poucos lucros, a maioria dos autores paga caro para existir socialmente dentro da mesma cadeia produtiva. Precisamos de um ponto de partida: as políticas públicas para o

livro e para a leitura não podem se resumir na ação de engorda dos lucros de um mercado que não pode se queixar de subnutrição, como o mercado do livro. Os números desse mercado hoje nos fazem refletir sobre os investimentos públicos para a área, a gestão das políticas de leitura e os altos índices de analfabetismo real e funcional.

Precisamos começar a inverter esse debate. Não podemos apenas cair na esparrela de cobrar obrigações dos cofres públicos em suprir a insaciabilidade do mercado do livro. Mesmo com a isenção dos impostos concedida pelo governo o livro continua sendo um artigo de luxo. Será que é somente do poder público a obrigação de formar leitores e, consequentemente, clientes para esse comércio Cult? O mercado do livro faz parte de um setor que tem despontado com bastante vigor na economia mundial, abrindo alas para um debate sobre a realidade da chamada “economia criativa”. Na Inglaterra esse vetor já foi plenamente reconhecido pelo governo a partir da criação, pelo Primeiro Ministro Tony Blair, do Ministério das Indústrias Criativas, um nicho que está movimentando cerca de 7% da economia inglesa, empregando de forma satisfatória boa parte da população economicamente ativa. É dentro desse nicho que se abriga o coro dos descontentes livreiros, ainda que boa parte não esteja realmente preocupado com qualquer processo criativo, uma vez que se sustenta com Best Sellers e publicações de auto-ajuda. Portanto já está mais do que na hora, também, de cobrarmos desse mercado uma relação mais ci-

vilizada com as duas pontas da cadeia produtiva do livro: o autor e o leitor. Se o respiradouro desse mercado depende do poder público, sem gerar qualquer efeito cascata no destino dos seus lucros, alguma coisa está errada. Se o mercado é lucrativo e os livreiros, editores, escritores e eleitores estão falidos, o desastre está desenhado. Por outro lado, se vamos mesmo discutir o mercado do livro, precisamos discutir dentro dele os fatores que mais nos interessam: o autor, o leitor, a responsabilidade social e intelectual da atividade e, consequentemente, a necessária contrapartida ao investimento público num mercado que não pára de crescer e que pouco devolve para a população, até mesmo com relação a “sensibilidade” das tabelas de preços.

Os escritores precisam estar mais atentos e engajados nesta realidade. Afinal, a criação literária deve receber todos os investimentos intelectuais do autor, mas o livro (e muito especialmente o livro dos autores descredenciados pelo apartheid do mercado) não pode ser tratado como um girino perdido na Lagoa do Parque Solón de Lucena, apreciando as águas dançantes. Esta realidade é vislumbrada aqui em João Pessoa, mas corre o país e não é diferente em outros rincões do mundo. Precisamos começar a discutir formas de contrapartida que incluam o autor na promoção do livro e da leitura. Logicamente que isso irá resultar em formação de público para o mercado do livro, mas também irá contribuir para a formação de uma cidadania crítica e atenta aos seus direitos e deveres. Tudo na espessura do óbvio: o autor

é o principal instrumento de divulgação do livro. Logo, desprezá-lo é um ato de insanidade e comodismo de um mercado balofo, cujo foco na passa do departamento financeiro das secretarias de educação. Optaram pelo fácil e não pelo simples.

Estamos vivendo momentos especialíssimos. A economia brasileira vai muito bem obrigado. Avançamos firmes na direção de nos tornarmos a quinta economia do mundo. Mas esse fator, isoladamente, não nos diz absolutamente nada. Portanto, desejamos que esse crescimento se dê em patamares menos desiguais dos que hoje determinam as misérias e as fortunas do país. Interessa-nos sim ver crescer o mercado do livro. Mas, alguns fatores precisam entrar em pauta. Entre eles a responsabilidade social das grandes editoras que faturam alto na venda de livros para o setor público. A visão fragmentada deste universo poderá nos deixar dormindo de touca dentro do redemoinho que balança a Bolsa de Valores e que sustenta ostentações infecundas. Precisamos colocar no debate os conteúdos desse mercado, pois, somos consumidores e ainda pagamos duplamente com a destinação dos nossos impostos. Se é verdade que o livro teve os seus impostos subtraídos, também é verdade que o cidadão e a cidadã consumidora de livros, não. O avanço necessário nesse debate, então, exige a presença insubstituível dos autores que se estabeleceram como fator de germinação desse mercado, repito, muitas vezes bancando suas próprias obras e até mesmo a circulação delas, formando em torno de si um ínfimo mercado cuja

utilidade é diminuir substancialmente a fatalidade dos prejuízos de publicar um livro. Claro que para um autor seja ele jovem ou experimentado, este investimento é inevitável. Mas, também se faz imprescindível o debate acerca de um setor que se coloca como vítima e na verdade vai vitimizando a cidadania cultural de cada um de nós. O acesso ao livro continua amparado em um rosário de desculpas.

O que está posto nos revela que a relação entre os livreiros e os autores (seja qual for o grau de popularidade) precisa ser racionalizada de forma a estabelecer uma relação mais justa e mais profissional. O debate sobre o livro e a leitura não pode naufragar em reações corporativas. Seja de autores, editores, distribuidores, livreiros, gráficos, críticos, etc.. Existe uma profundidade a ser explorada na evolução cultural do nosso povo. O livro significa (ou deveria significar) literatura em termos de criação, de invenção literária. O livro não pode ser um naufrágio enquanto elemento de negociação de interesses entre a sociedade (ou setores dela) e os governos. Aliás, a democracia se constrói com questionamentos e não com absolutismos. A evolução de uma sociedade se dá na medida em que se aprofundam as construções do debate democrático, inclusivo que consiga diluir as distâncias entre a lucratividade do mercado do livro e a eliminação do analfabetismo funcional, por exemplo.

Portanto, se vamos discutir o mercado do livro, vamos deixar claro que temos interesses. Até para não misturar Paulo Coelho com Machado

de Assis. Sobretudo nós, escritores, temos interesses nesse debate, mas temos também muito clara a responsabilidade de não fazer concessões ao chamado gosto público, às unanimidades construídas por conta de relações que não se dão exatamente com a palavra.

No momento em que os eventos ligados ao livro são amparados muito mais pela relação com os governos que com os desafios postos pela sedução de um público leitor, queremos debater as contrapartidas para que estejamos fomentando, verdadeiramente, uma civilização e não corroborando com a barbárie que bate nos portões do castelo onde guardamos os nossos sonhos. Não podemos cair na tentação do debate fácil. Estamos na era das velocidades. Existe uma

realidade canônica evolutiva na literatura universal. Encontramos um Rimbaud tatuado em cada lan house alimentando um blog ou escrevendo versos no Orkut. Um Rimbaud que precisa ser educado por uma realidade onde o livro não seja um mero produto de prateleira, vendido no peso da capa, como mercadoria que hoje disputa espaço com pacotes de feijão e arroz e farinha nos supermercados. Estamos querendo exatamente discutir, se não uma civilização, pelo menos uma relação mais civilizada ou menos autofágica dentro da consagrada e manhosa república do livro e seus mercadores. Mas, não há como resistir a essa sensação que está tudo sempre começando e recomeçando o tempo todo. Queremos avançar.